

Indústria Brasileira

Revista da Confederação Nacional da Indústria ► Ano 7 nº 68

julho 2022

► **ALEXANDRE RAMOS (TST)**
“Reforma trabalhista
valoriza vontade das partes”

A indústria na próxima década

Mapa Estratégico da Indústria aponta
agenda prioritária ao desenvolvimento
do país entre 2023 e 2033

PRESIDENCIÁVEIS ► CNI discute diagnóstico e propostas com os candidatos de 2022

ROTA 2030 ► Com metas cumpridas na primeira etapa, programa inicia renovação

AMAZÔNIA ► Barco-escola do SENAI volta a levar conhecimento às comunidades ribeirinhas



TEM PES QUISA TEM INDÚSTRIA

A INDÚSTRIA FARMACÊUTICA É RESPONSÁVEL PELA PRODUÇÃO E VALIDAÇÃO DE REMÉDIOS, VACINAS E VITAMINAS. COM SUAS PESQUISAS, LEVA BEM-ESTAR E SAÚDE PARA A VIDA DOS BRASILEIROS.

**TEM DESENVOLVIMENTO. TEM INDÚSTRIA.
INDÚSTRIA BRASILEIRA. A FORÇA QUE ESTÁ EM TUDO.**

SESI SENAI
PELO FUTURO DO TRABALHO

Carta às leitoras e aos leitores

Em junho, o setor industrial deu início à elaboração do *Mapa Estratégico da Indústria 2023-2033*, documento que, uma vez finalizado, apontará os caminhos a serem seguidos e as metas a serem atingidas até o final da próxima década. Cerca de metade dos 73 indicadores que constam da edição atual do texto – válida até dezembro de 2022 – alcançou os objetivos traçados ou está próximos de fazê-lo. Não foi tarefa simples.

Entre as principais conquistas da edição vigente do *Mapa* está a aprovação da reforma da Previdência Social, ultimada em 2019, que contou com o apoio da Confederação Nacional da Indústria (CNI) em diversas frentes. Para a próxima década, urge que se dê continuidade à agenda de fortalecimento da competitividade das empresas brasileiras, a começar pela tão urgente quanto necessária reforma tributária.

De acordo com Renato da Fonseca, superintendente de Desenvolvimento Industrial da CNI, o Brasil precisa apostar num modelo voltado tanto ao desenvolvimento sustentável

quanto à inovação tecnológica. “Se o Brasil quer crescer e ser competitivo, tem que intensificar a política de inovação”, defende ele.

Exemplos dessa política podem ser encontrados em dois projetos do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) mostrados nesta edição: o lançamento de um programa de cursos de graduação e pós-graduação focado na indústria 4.0 e o desenvolvimento de um sistema inédito de inteligência artificial.

Outros destaques são o início de uma nova etapa do programa *Rota 2030*, que visa ao fortalecimento da indústria automobilística nacional, algumas das propostas dos pré-candidatos à Presidência da República apresentadas em evento promovido pela CNI e uma entrevista com o ministro Alexandre Luiz Ramos, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que falou sobre os efeitos da reforma trabalhista de 2017.

Boa leitura e, enquanto durar a pandemia, proteja-se e proteja as pessoas próximas a você!



Conheça o Sistema Indústria

CNI

facebook ▶ cni brasil
flickr ▶ cniweb
instagram ▶ cni br
twitter.com ▶ cni_br
linkedin ▶ cni-brasil
youtube ▶ cniweb

SESI

facebook ▶ SESINacional
youtube ▶ sesi
linkedin ▶ sesi-nacional

SENAI

facebook ▶ senainacional
instagram ▶ senai_nacional
twitter ▶ senainacional
youtube ▶ senaibr
linkedin ▶ senai-nacional

IEL

facebook ▶ IELbr
instagram ▶ ielbr
twitter ▶ iel_br
linkedin ▶ iel-nacional

sumário

edição nº 68 ► julho 2022

6 ARTIGO DO PRESIDENTE

8 REPORTAGEM DE CAPA

Mapa Estratégico da Indústria 2023-33
apontará ações para o avanço inovador e sustentável da indústria na próxima década

16 INFOGRAFIA

Diagnóstico da evolução de setores chave para o desenvolvimento do Brasil

18 DIÁLOGO COM PRESIDENCIÁVEIS

Indústria ouviu propostas de pré-candidatos e questionou os políticos sobre temas chave para o setor industrial

22 RENATO DA FONSECA

Superintendente da CNI diz que, para gerar crescimento, é preciso inovar

24 INDÚSTRIA EM AÇÃO

UniSENAI.Digital vai acelerar a formação de profissionais preparados para atuar na indústria 4.0

26 ROTA 2030

Programa que reduziu consumo de carros em 12% prepara novas metas para os próximos cinco anos

30 TRABALHO

Mudanças na legislação trabalhista melhoraram ambiente de investimentos e protegeram empregos durante a pandemia

34 5 PERGUNTAS PARA...

Alexandre Ramos, ministro do Tribunal Superior do Trabalho, fala sobre os efeitos da reforma trabalhista e o futuro das relações de trabalho

36 TERMÔMETRO

ICEI mostra estabilidade da confiança dos empresários industriais

38 DASHBOARD

Consulte o painel de séries históricas, pesquisas e estudos conduzidos pela área técnica da CNI

40 GIRO BRASIL

SENAI CIMATEC, da Bahia, criará inteligência artificial para acelerar demandas recorrentes da Procuradoria Geral do Estado da Bahia

42 SABER QUE NAVEGA

Barco-escola Samaúma II, do SENAI, retomou atividades no Amazonas após pandemia e reformas

46 OUTRA VISÃO

Ieda Vasconcelos, da CBIC, analisa perspectivas da indústria da construção no pós-pandemia



▲
CLÁUDIO FERNANDO DAMASCENO,
ex-aluno do SENAI Cedetem (MG)

pode contar

De marceneiro a youtuber de sucesso, o brasileiro Cláudio Fernando Damasceno teve sua trajetória profissional impulsionada pelo SENAI. Nascido em São Bernardo do Campo (SP), ele logo se mudou para a região do Vale do Aço, em Minas Gerais, crescendo numa região muito industrializada. Aos 17 anos, fez seu primeiro curso do SENAI: mecânico de manutenção. Depois desse, vieram vários outros cursos e um deles, em 2017, mudou completamente sua vida. Cláudio iniciou o curso de marceneiro de móveis planejados no SENAI Cedetem e acabou indo parar no Canadá com toda a família. “Eu vim pra cá por meio da marcenaria. Lá no Cedetem, você termina o curso com o trabalho arrumado já. Adquiri experiência profissional e vim para o Canadá por meio de uma oferta de trabalho na minha área. Se não fosse o curso técnico do SENAI, eu não estaria aqui”, conta. Quando chegou ao Canadá, Cláudio resolveu abrir um canal no Youtube para compartilhar sua carreira e hoje tem mais de 90 mil inscritos.

Um mapa estratégico para o Brasil

► **Robson Braga de Andrade**

empresário e presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI)



Na importante missão de apontar caminhos para o futuro do país, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) recentemente organizou dois eventos fundamentais. Em 29 e 30 de junho, quase dois mil empresários e formadores de opinião estiveram reunidos no Centro Internacional de Convenções de Brasília (CICB). No primeiro dia, tivemos um diálogo com os dois postulantes à Presidência da República que aceitaram o nosso convite – Simone Tebet e Ciro Gomes – e com o presidente Jair Bolsonaro, que tentará a reeleição. No dia seguinte, nos dedicamos ao *Encontro Nacional da Indústria* (ENAI), o mais relevante congresso do setor.

No *Diálogo com os Presidenciais*, iniciativa que repetimos nos anos em que ocorrem eleições gerais, apresentamos um conjunto de propostas concretas para o país aperfeiçoar as instituições e retomar a rota do desenvolvimento econômico e social. Pudemos conhecer um pouco mais as prioridades dos pré-candidatos caso cheguem ao Palácio do Planalto. A expectativa dos industriais é que os governantes e parlamentares escolhidos em outubro considerem nossas sugestões, criando as condições para que a indústria e a economia brasileiras sejam, de fato, fortalecidas.

No ENAI, avançamos um pouco mais na concepção de uma visão de longo prazo a partir da avaliação das tendências e das tecnologias que vão transformar os modelos de



produção na próxima década. Entender esses desafios e traçar as estratégias adequadas para enfrentá-los é imprescindível para garantir o futuro das empresas e o desenvolvimento econômico e social do Brasil. Com otimismo e confiança na imensa capacidade do país de superar adversidades, começamos a elaboração do *Mapa Estratégico da Indústria 2023-2033*.

O início da formulação do mapa se dá, coincidentemente, no momento em que os eleitores vão decidir a direção do país para os próximos quatro anos. O primeiro passo desse trabalho da indústria brasileira é a avaliação das tendências mundiais que terão impactos no setor e que deverão orientar as decisões dos negócios e o rumo das nações no próximo decênio. Ao longo do segundo semestre, vamos definir as diretrizes das propostas de políticas públicas necessárias para que o Brasil e as nossas empresas aproveitem as oportunidades proporcionadas pelas mudanças em curso no mundo.

A digitalização e as modernas tecnologias promovem o aumento da produção, a melhoria da qualidade e a redução de custos dos bens industriais. Também ajudam a fortalecer a conexão da indústria com os clientes e favorecem os recentes movimentos de retorno das fábricas aos países de origem. Entre as vantagens da revolução digital e da indústria 4.0, destaca-se a possibilidade de diversificação de fornecedores

e de realocação da produção para regiões mais próximas do mercado consumidor. Isso abre oportunidades para o Brasil atrair investimentos e avançar na integração internacional.

Não podemos ignorar essas tendências, que também são visíveis no mundo do trabalho – a inteligência artificial possibilitou a automatização em larga escala de várias atividades. Devemos conceber e executar uma política industrial moderna e consequente que, a exemplo do que vem sendo feito nas economias mais avançadas, promova ganhos de produtividade e incentive o desenvolvimento do setor com base na inovação, na digitalização e na redução das emissões de gases de efeito estufa, exigência cada vez mais presente no panorama global.

Precisamos remover os entraves que há muitos anos elevam o Custo Brasil e minam a competitividade das nossas empresas. Entre outras tarefas, precisamos aprovar uma ampla reforma tributária, reduzir a burocracia e a insegurança jurídica, fortalecer mecanismos de estabilidade macroeconômica e melhorar a eficiência do setor público. O *Mapa Estratégico*, que é um roteiro para a construção de uma indústria competitiva, inovadora, global e sustentável, também será um guia para o Brasil voltar a crescer de forma vigorosa, melhorando a qualidade de vida da população. ■

Para especialistas,
é essencial retomar
o protagonismo da
indústria brasileira
na próxima década e
recuperar a autonomia
em alguns setores,
como o farmacêutico





A indústria daqui a 10 anos

MAPA ESTRATÉGICO DA INDÚSTRIA APONTARÁ CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO SETOR NA PRÓXIMA DÉCADA

Com o objetivo de definir diretrizes para tornar a indústria brasileira mais competitiva, inovadora, global e sustentável, está em elaboração o *Mapa Estratégico da Indústria 2023-2033*, estudo que apontará uma agenda para o desenvolvimento do setor e do Brasil na próxima década, e que deverá ser concluído no segundo semestre do próximo ano.

O projeto começou a ser construído pelos empresários do setor industrial durante o *Encontro Nacional da Indústria* (ENAI), realizado no final de junho. O ponto de partida é a última edição do documento, lançada em 2013, revisada em 2018 e válida até o final de 2022.

Dos 73 indicadores que constam do texto atual, 56% caminham para alcançar ou já atingiram as metas estabelecidas. Em comparação com o início de 2018, o número de indicadores que mais se aproximavam da respectiva meta passou de 30 para 40. Os itens que o fazem em uma velocidade suficiente para alcançar os objetivos ainda em 2022 passaram de oito para 17.

Apesar da evolução, é preciso intensificar os esforços em prol da competitividade, pois a maioria dos índices avança rumo ao cumprimento das metas em velocidade menor que a necessária para alcançá-las até o final deste ano, conforme avaliação da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

“A tarefa é complexa e só terá sucesso com coordenação política e debate democrático e qualificado de ideias entre os agentes sociais”

▲
Julio Sergio Gomes de Almeida

presidente do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI)

A entidade alerta que a quantidade de indicadores com percurso divergente dos objetivos traçados, apesar de permanecer abaixo do patamar original de 2018, vem crescendo nos últimos anos.

PREVIDÊNCIA

Uma das principais conquistas da edição atual do plano, segundo a CNI, foi a aprovação da reforma da Previdência Social em 2019. Ela foi essencial para garantir o controle das contas públicas brasileiras e a estabilidade macroeconômica necessária à competitividade da indústria.

A atuação da CNI pela aprovação da reforma ocorreu em três frentes. Uma delas foi a avaliação das propostas discutidas no Congresso; a segunda foi a conscientização da população sobre a importância das mudanças; por fim, houve a mobilização de empresários industriais pela aprovação da reforma.

A nova versão do *Mapa Estratégico da Indústria* reforçará a necessidade de o Brasil avançar nas reformas e na criação de condições favoráveis para o desenvolvimento econômico e social do país.

Na avaliação de Julio Sergio Gomes de Almeida, presidente do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), é preciso investir em uma agenda de ações para aprimorar o ambiente de negócios e reduzir divergências do Brasil em relação aos padrões e às práticas comuns nos países desenvolvidos.

“A tarefa é complexa e só terá sucesso com coordenação política e debate democrático e qualificado de ideias entre os agentes sociais”, afirma. Do ponto de vista da indústria, diz ele, uma das questões mais importantes é a reforma tributária, em especial a tributação sobre o consumo, que “precisa ser modernizada”.

Incluída no *Mapa Estratégico da Indústria 2018-2022*, a meta de reduzir o número de tributos incidentes sobre a circulação



◀ Mônica Messenberg (CNI) diz que o protagonismo empresarial é capaz de reverter a trajetória de perda de competitividade do Brasil

de bens e serviços de oito para dois, até 2022, está longe de ser alcançada. Para o presidente do IEDI, a discussão da reforma tributária “está madura e não seguiu adiante porque o governo federal relutou em fazer”.

Estudo do IEDI divulgado no final de junho destaca quatro condições cruciais para viabilizar uma agenda de desenvolvimento: manutenção da tranquilidade institucional e reforço da segurança jurídica; contas públicas sob controle e evolução significativa da governança do Estado; redução das desigualdades sociais; e avanços na sustentabilidade ambiental.

Presentes no *Mapa Estratégico da Indústria de 2018-2022*, com diferentes resultados em relação aos propósitos almejados, esses quatro temas continuarão sendo prioridade nos próximos anos.

“Política industrial é sempre olhar o futuro, e não o passado. Quem aposta e

ganha em política industrial é porque antecipou bem o que será o carro-chefe da indústria no futuro e construiu mecanismos para favorecer isso”, afirma Gomes de Almeida.

Do ponto de vista estratégico, analisa, o Brasil “precisa criar condições para absorver as tecnologias emergentes na revolução da indústria 4.0 e promover o desenvolvimento e a aplicação delas”.

“É preciso potencializar a inovação, por meio de pesquisa e desenvolvimento em instituições públicas e no setor privado, de fortalecimento da educação básica e tecnológica e de programas que articulem a cooperação dessas entidades com o setor produtivo e o governo”, destaca o presidente do IEDI.

Julio Sergio Gomes de Almeida diz que já existe um roteiro de política industrial delineado pelas maiores economias. Esse roteiro, segundo ele, abrange os seguintes

temas: digitalização – que é fundamental para a indústria 4.0 –, sustentabilidade – com ampliação da economia de baixo carbono –, reformulação das cadeias globais de valor e integração internacional e soluções para reduzir a insegurança alimentar.

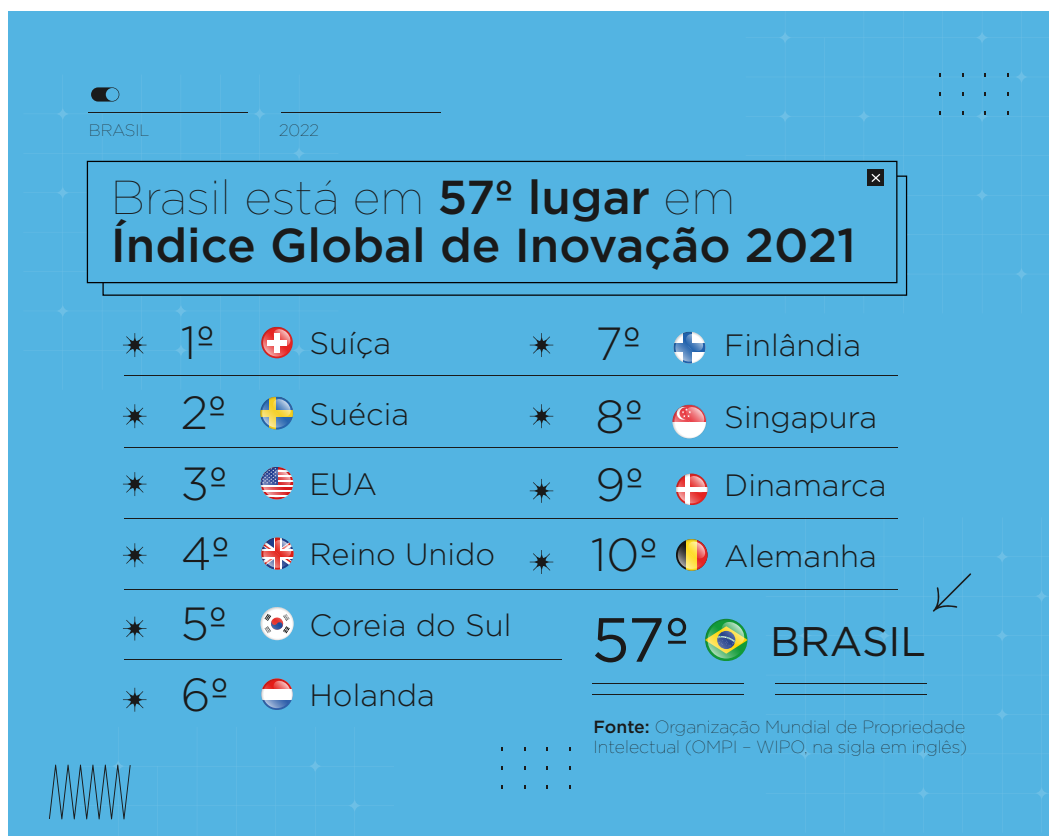
Marco Antonio Rocha, professor de economia da Universidade de Campinas (Unicamp), avalia que o olhar voltado para a política industrial começou na crise econômica de 2008.

“Outro elemento, que se destacou a partir da pandemia de Covid-19, é uma certa preocupação com a soberania e com a capacidade produtiva de certos insumos estratégicos, de setores importantes que tenham relação com a soberania nacional. Falamos da questão alimentar, energética e, principalmente, do complexo industrial da saúde”, comenta.

Em sua participação no *ENAI*, Luis Felipe Mosquera, vice-presidente da Siemens, disse que o Brasil precisa de uma estratégia como nação. Segundo ele, a digitalização, a indústria 4.0 e a Internet das Coisas representam uma grande oportunidade para o Brasil. “A gente precisa fazer com que a indústria brasileira retome o protagonismo e o Brasil volte a ser um player relevante no mercado internacional”, defende.

Ronan Damasco, diretor nacional de Tecnologia da Microsoft Brasil, também cita a importância da inovação para estimular a indústria. “É a base para gerar diferencial competitivo, não só redução de custos e melhoria de processos”, argumenta.

Segundo ele, as habilidades digitais estão se tornando fundamentais para a mão de obra do futuro. “O que a gente precisa



é de qualificação, requalificação e formação da nossa mão de obra, visando à educação em tecnologia. É o grande esforço que o país tem que fazer”, resume.

Suzana Kahn Ribeiro, diretora do centro Brasil-China do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE/UFRJ), afirma que, do ponto de vista da sustentabilidade e das mudanças climáticas, o grande desafio para a indústria brasileira é se adequar a uma redução do uso de recursos naturais no produto final.

“Isso envolve toda a cadeia produtiva. O mundo está cada vez mais atento aos conceitos ESG, que levam em conta o meio ambiente, os aspectos sociais e a governança. Com a rastreabilidade da cadeia produtiva, essa questão se torna um diferencial competitivo”, avalia Suzana. Caso não faça isso, complementa, o Brasil poderá ter dificuldades no mercado global.

Segundo a pesquisadora, o país dispõe de inúmeras alternativas de geração de energia renovável. “Se houver um planejamento estratégico para uma industrialização moderna e sustentável, o Brasil poderá liderar essa transição”, aposta.

Estudos da CNI mostram que a descarbonização dos processos de produção requer investimentos elevados, mas também oferece muitas oportunidades para o Brasil, graças à sua matriz energética limpa, à sua expressiva área coberta por florestas, rica biodiversidade, e à maior reserva de água doce do mundo – características que podem trazer vantagens competitivas para as empresas e ampliar as exportações de produtos brasileiros. Hoje, conforme estudo do IEDI, é a China quem lidera, no mundo, a indústria de transformação.

Mônica Messenberg, diretora de Relações Institucionais da CNI, diz que o protagonismo empresarial é um fator capaz de reverter a trajetória de perda de competitividade do Brasil e de estimular o potencial de crescimento, objetivo do mapa.



◀ “A educação é a grande solução para nos tornarmos um país mais competitivo e inovador”, defende Paula Harraca (ArcelorMittal)

“Para alcançar patamares elevados de produtividade, o país precisa implementar uma estratégia nacional de longo prazo e com metas bem definidas, que estimulem a ciência, a tecnologia e a inovação a fim de aproveitar a janela de oportunidade com a revolução verde e tecnológica pela qual o mundo passa”, argumenta a dirigente.

Na avaliação da CNI, um processo de grande impacto que contou com participação intensa da entidade foi a revisão das Normas Regulamentadoras (NRs). A entidade contribuiu, nas consultas públicas, com sugestões para aperfeiçoar essas regras.

Ainda em 2018, foram editadas pelo Ministério do Trabalho as Portarias 252, 316 e 1083 como aperfeiçoamento da NR 12, que trata da segurança do trabalho em máquinas e equipamentos. A articulação e a discussão

tripartite sobre o tema – com participação de governo, empregadores e trabalhadores – prosseguiu e, em maio de 2019, a Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP) aprovou o novo texto da norma, que melhora a segurança jurídica e o ambiente de negócios para as empresas industriais.

Ainda de acordo com a CNI, a reformulação do Ensino Médio e a implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foram outros avanços sugeridos no *Mapa Estratégico da Indústria 2018-2022*. O Serviço Social da Indústria (SESI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), a convite do Ministério da Educação (MEC) e do Conselho Nacional de Educação (CNE), participaram da etapa de análise e sugestões para a melhoria do texto final das políticas públicas.

As duas organizações do Sistema S foram pioneiras na implementação da formação técnica e profissional e se tornaram as principais parceiras do MEC na operacionalização desse itinerário de ensino.

Paula Harraca, diretora de Futuro da ArcelorMittal e presidente da fundação da empresa, lembra que o Brasil ocupa a 57ª posição no Ranking de Competitividade e Inovação Mundial. No estudo, diz ela, a pior nota do país é no quesito educação, em que o Brasil ocupa o 64º lugar.

“Existe uma forte relação entre a formação dos profissionais que chegam ao mercado e o desempenho competitivo do nosso país. Há inúmeras variáveis que afetam esse indicador, mas a educação ainda é um importante ponto de atenção. Ao mesmo tempo, ela é a grande solução para nos tornarmos um país mais competitivo e inovador”, afirma Paula, que foi palestrante no *ENAI 2022*.

Aumentar os investimentos em ciência e tecnologia, diz ela, é crucial para elevar a produtividade da indústria e para que o Brasil aproveite as janelas de oportunidade abertas pela indústria 4.0, caracterizada pela crescente automação e pelo avanço da digitalização.

“Atualmente, o Brasil investe menos de 1% do PIB em inovação, muito abaixo da média dos países que integram a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que é de 2,7%. A competitividade da indústria e dos outros setores da economia passa, fundamentalmente, pela educação e pelo investimento científico e tecnológico”, destaca.

Paula Harraca avalia que é preciso começar a mudar esse panorama. Nos dados mais recentes do PISA – avaliação internacional que contempla leitura, matemática e ciências –, a nota média do Brasil passou de 395, em 2015, para 400, em 2018, último resultado divulgado.

Segundo ela, “toda crise gera oportunidades e não podemos sair iguais a como entramos. Se quisermos alavancar a competitividade do nosso país, é essencial que tenhamos um novo olhar para a educação, conectando as necessidades desse novo mundo a modelos de aprendizagem mais adequados aos tempos atuais”.

Para Mônica Messenberg, o sistema educacional precisa dar um salto de qualidade para formar profissionais alinhados à nova realidade do setor produtivo. “É importante fazer as reformas necessárias, de modo a enfrentar o Custo Brasil, eliminando barreiras para que nossas empresas possam competir em pé de igualdade com o resto do mundo”, diz a diretora da CNI. ■



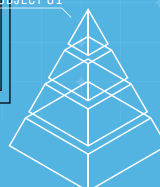
BRASIL

2022

Líderes de indústria de transformação no mundo



OBJECT 01



(participação % no valor agregado da manufatura mundial, US\$ constantes de 2015)

	2020*	2005
1º  China	31,3%	13,7%
2º  EUA	15,9%	22,4%
3º  Japão	6,6%	9,4%
4º  Alemanha	4,6%	6,5%
5º  Coreia do Sul	3,3%	2,9%
6º  Índia	3,0%	1,7%
7º  Itália	1,9%	3,3%
8º  Reino Unido	1,9%	3,2%
9º  Taiwan	1,8%	1,0%
10º  França	1,7%	2,8%
11º  Indonésia	1,6%	1,3%
12º  México	1,4%	2,0%
13º  Rússia	1,3%	1,8%
14º  Brasil	1,3%	2,2%

* Estimada | Fonte: UNIDO (2021). Elaboração: IEDI

COMO ESTÃO AS METAS EM SETORES CHAVE PARA O DESENVOLVIMENTO DO BRASIL



SEGURANÇA JURÍDICA

Melhorar a posição do Brasil no ranking de efetividade dos mecanismos alternativos de resolução de conflito, da 72ª para a 45ª posição



AMBIENTE MACROECONÔMICO

Manter a taxa de inflação abaixo de 3,5% a.a.



EFICIÊNCIA DO ESTADO, GOVERNANÇA E DESBUROCRATIZAÇÃO

Aumentar a nota do Brasil em prejuízo causado aos negócios pela burocracia, de 0,67 para 2,00

Melhorar a nota do Brasil em adequação da infraestrutura de saúde, de 1,82 para 3,50



FINANCIAMENTO

Reduzir a taxa de juros de pessoas jurídicas, de 27% para 15% a.a.

Elevar o capital comprometido da indústria de *private equity* e *venture capital*, de 2,3% do PIB para 4,0%

Elevar o desembolso do BNDES para Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs), de R\$ 25,2 milhões para R\$ 40,0 milhões, em reais constantes de 2014



RECURSOS NATURAIS E MEIO AMBIENTE

Diminuir a relação entre emissões de CO₂ equivalente pela indústria e PIB industrial, de 0,39 para 0,38

Reduzir o tempo médio de obtenção de licenças ambientais do IBAMA, de 2.131 dias para 1.750 dias



INFRAESTRUTURA

Manter o custo da energia elétrica abaixo de R\$ 319,00 (em reais de 2006 por MW/h)

DIAGNÓSTICO

EDUCAÇÃO

Elevar a participação do ensino técnico e profissional integrado no ensino médio, **de 5,3% para 11,1%**

Ampliar a atuação dos cursos de engenharia e superiores em tecnologia industrial na educação superior, **de 22,3% para 30,0%**¹

CONVERGINDO PARA A META

DIVERGINDO DA META

TENDÊNCIA NÃO PODE SER CALCULADA

CONVERGINDO PARA A META EM RITMO INFERIOR AO DESEJADO

POLÍTICA INDUSTRIAL, DE INOVAÇÃO E DE COMÉRCIO EXTERIOR

Aumentar a participação do Brasil em mercados globais com os quais o país tem acordos comerciais, **de 7,0% para 40,0%**

Aumentar a participação de bens de média-alta e alta intensidade tecnológica na indústria, **de 30,8% para 34,0%**

TRIBUTAÇÃO

Reduzir a participação do custo tributário no valor total de um projeto de investimento, **de 17,1% para 8,0%**

Diminuir de 6,8% para 0,0% a proporção da arrecadação de impostos com incidências cumulativas

RELAÇÕES DO TRABALHO

Reduzir em 16% os custos indiretos do trabalho até dezembro de 2022

META
META
META

¹O indicador de participação dos cursos de engenharia e superiores em tecnologia industrial na educação superior foi alterado para obter informações mais atualizadas. Por isso, a meta sofreu um ajuste para equiparar os níveis da série antiga e da nova série.

Diálogo para o desenvolvimento

CNI SUGERE A PRESIDENCIÁVEIS UMA POLÍTICA INDUSTRIAL FOCADA EM INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

Para aumentar a produtividade das empresas brasileiras e fazer com que elas ganhem espaço no mercado internacional, o próximo governo deve priorizar uma política industrial pautada em investimentos em inovação e tecnologia e na agenda do clima. Essa foi a principal direção das recomendações do presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, durante a abertura do evento *Diálogo da indústria com os pré-candidatos à Presidência da República*, em 29 de junho. Participaram 1.500 empresários, representantes das 27 federações estaduais da indústria e dezenas de dirigentes de associações setoriais.

Segundo Andrade, há uma janela de oportunidade aberta com a revolução verde e tecnológica pela qual o mundo todo está passando, mas é preciso consolidar o investimento em inovação e manter a indústria nacional forte e dinâmica para que o Brasil alcance os países mais avançados

na economia 4.0 e de baixo carbono. O setor industrial responde por quase 70% dos investimentos privados em pesquisa e desenvolvimento. A CNI apresentou as propostas da indústria para os próximos quatro anos aos pré-candidatos à Presidência Simone Tebet (MDB), Ciro Gomes (PDT) e Jair Bolsonaro (PL).

“A agenda do clima é ampla e oferece possibilidades de negócios admiráveis em diversas áreas. Entretanto, exige novas tecnologias e a adoção de políticas apropriadas para a produção de energias renováveis e para o uso sustentável da nossa rica biodiversidade”, afirmou Robson Andrade.

“Para dar esse salto, é preciso implementar uma estratégia nacional de longo prazo que estimule a ciência, a tecnologia e a inovação. Essa política deve ter instâncias de governança bem definidas, recursos adequados e metas e prazos ambiciosos”, acrescentou.



► Presidente da CNI diz que é preciso investir na revolução verde e tecnológica para inserir o país na economia 4.0 e de baixo carbono



◀ Simone Tebet diz que fará a reforma tributária nos primeiros seis meses de governo, prioridade para diminuir o Custo Brasil

Simone Tebet defende reforma tributária

Primeira a falar, a pré-candidata do MDB prometeu, caso eleita, que uma reforma nos tributos que incidem sobre o consumo será aprovada pelo Congresso Nacional nos seis primeiros meses de governo.

A senadora reconheceu a relevância do setor produtivo para a retomada do crescimento do Brasil. Destacou, também, a importância da consolidação de uma política de desenvolvimento industrial coordenada pelo governo federal, com metas claras e alinhadas às melhores práticas internacionais e à economia de baixo carbono.

Tebet disse que a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 110/2019, que altera a tributação sobre o consumo, é uma prioridade para enfrentar o chamado Custo Brasil. A senadora defendeu que o fundo de desenvolvimento regional discutido na proposta seja constitucional, a fim

de não agravar a desigualdade social no Norte e no Nordeste.

“Precisamos de uma reforma que tribute menos o consumo para impactar menos a população mais carente. Que simplifique e desburocratize, onere menos a pessoa jurídica e que, por meio de uma tributação eficiente, transparente e célere, nos traga a retomada do desenvolvimento”, afirmou.

Segundo ela, seu programa de governo contemplará a adoção de uma política de desenvolvimento industrial, tecnológico e científico com metas claras, de modo que o setor industrial possa contribuir para a retomada do crescimento econômico. A senadora também prometeu assegurar recursos para fomentar a inovação.

“Hoje o grande problema é que o Brasil não sabe aonde quer ir. Não planeja. Não tem ação. Não tem programa e não tem metas”, disse Tebet.

►
Ciro Gomes afirmou que
recriará Ministério da
Indústria fortalecendo
políticas industriais e
investirá em educação



Ciro Gomes promete fortalecer a indústria

O pré-candidato do PDT afirmou que não existe desenvolvimento sem uma indústria de transformação forte e que essa é a base da passagem do Brasil para a economia do conhecimento. “Sem uma indústria poderosa, que lidere o centro da estratégia de desenvolvimento do país, nenhuma nação se desenvolveu”, afirmou.

Segundo o candidato, caso eleito, seu projeto de desenvolvimento tem três passos. Primeiro, aumentar o nível de formação bruta de capital dos atuais 15% para 22%. O segundo passo é a recriação do Ministério de Indústria e Comércio, com a assinatura de um pacto de cooperação entre governo e setor privado para definir prioridades de aplicação do dinheiro público. Por fim, ampliar o investimento em educação básica e superior e em ciência, tecnologia e inovação.

“Estamos em um cenário internacional extremamente complexo, na emergência da nova ordem mundial, e o Brasil não sabe aonde ir”, disse o pré-candidato.

Segundo **Ciro Gomes**, o país vem perdendo espaço no comércio internacional de manufaturados. “O Brasil dominava 60% do mercado de calçados na Europa e hoje ocupa 25% – correndo o risco de perder esse espaço para a China”, exemplificou. Ele defendeu a criação de novas estratégias para recuperar a participação da indústria na pauta de comércio exterior.

Na avaliação do pré-candidato, o Brasil caminha para uma iminente falta de liquidez, por estar próximo de uma relação dívida-PIB de 100%. Nesse cenário, **Ciro** afirma que o equilíbrio fiscal será prioridade em seu governo, embora defenda o fim do teto de gastos.



◀ Bolsonaro disse que, em sua gestão, o governo federal ampliou a segurança jurídica e desburocratizou o ambiente econômico

Jair Bolsonaro destaca avanços na segurança jurídica

Último a falar durante o evento, o presidente da República, Jair Bolsonaro, afirmou que seu governo aumentou a segurança jurídica do país. Ele enfatizou que mais de 20 mil normas sem eficácia foram revogadas desde que assumiu o cargo.

Bolsonaro mencionou, também, que houve avanços em normas trabalhistas, na área de infraestrutura, na política econômica e na desburocratização de regras. Ele disse ainda que, caso reeleito, também recriará o Ministério da Indústria e Comércio.

“Realizamos a maior abertura comercial dos últimos 30 anos. Também foi dado o sinal verde ao acordo Mercosul-União Europeia, após 20 anos. Agora, cada país da Europa discute internamente as condições para que possamos homologar esse contrato. Também tivemos vários marcos regulatórios

no Brasil. Somos um governo que não rompe contratos”, afirmou Bolsonaro.

Ele também destacou que as normas regulamentadoras de saúde e segurança do trabalho (NRs) estão passando por um processo de simplificação, desburocratização e harmonização durante o seu governo. Segundo ele, a medida facilita a vida dos empresários.

Até então, de acordo com ele, um fiscal tinha uma lista com mais de 40 itens para fiscalizar, por exemplo, em um banheiro de empresa, mas as medidas adotadas na atual gestão permitiram reduzir mais de 90% das exigências, muitas das quais resultavam em multas desnecessárias. Bolsonaro ressaltou que vai ampliar investimentos em infraestrutura e mencionou medidas que, segundo ele, propiciaram avanços na área. ■

Inovação para gerar crescimento

DESAFIOS DO SETOR SÃO A REDUÇÃO DE EMISSÕES DE CARBONO E A DIGITALIZAÇÃO, DIZ SUPERINTENDENTE DA CNI

Para que o Brasil cresça e se torne competitivo no mercado global, é preciso que o país intensifique a política de inovação industrial, inspirada pelos casos de sucesso de outras nações, defende Renato da Fonseca, superintendente de Desenvolvimento Industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Essa e outras observações constam

do *Mapa Estratégico da Indústria 2018-2022*, que reúne as principais linhas de ação para a construção de uma economia mais produtiva e inovadora, como a adoção de processos que diminuam a emissão de carbono. Mas, segundo Fonseca, é preciso fazer o dever de casa: “diminuir o Custo Brasil e facilitar o comércio exterior”.



Renato da Fonseca lembra que, nos últimos dois anos, grande parte das políticas de inovação dos países desenvolvidos e do Brasil foi dirigida à descoberta de uma vacina contra a Covid-19

Qual a importância do *Mapa Estratégico* para orientar a atuação da indústria e do setor público no esforço em aumentar a competitividade? É essencial. Quando tivemos a ideia de criar o mapa, em 2005, já era um instrumento muito usado por empresas para criar metas e linhas de ação. A empresa tem controle de metas de vendas, de faturamento, de responsabilidade social, e é um ambiente mais controlável. Quando construímos o mapa, a proposta da CNI era que ele servisse também para levar a uma discussão para a sociedade, mostrar os principais fatores que determinam a competitividade do Brasil.

Qual é a sua avaliação dos resultados em relação ao *Mapa 2018-2022*? Várias metas foram atingidas na área macroeconômica, de financiamento e de política de comércio exterior, mas a grande maioria dos indicadores, infelizmente, ainda está divergindo da meta. Em termos de trabalhos e de resultados, destaco a aprovação da reforma da Previdência, importante para permitir o ajuste fiscal, que por sua vez influencia para que tenhamos uma taxa de juros baixa. Isso melhora o ambiente para atração de investimentos e aumento da produção. Na área trabalhista, tivemos avanços importantes, como a legislação de terceirização, que reduziu praticamente a zero a insegurança jurídica nesse tipo de contrato. A reforma trabalhista trouxe modernidade. Tivemos redução da burocracia nas normas regulamentadoras de trabalho. Acho importante também citar a questão da infraestrutura, na qual houve um avanço muito significativo no país nos últimos anos, com aumento das concessões e das privatizações, além de novas legislações nas áreas de saneamento básico, de ferrovias, de cabotagem e na questão de energia elétrica. Destaco, ainda, os avanços na questão da educação, como a nova lei do ensino médio.

Quais são os desafios para a indústria e para o país nos próximos anos? O mundo tem, hoje, algumas tendências que ajudam a desenhar as políticas de governo para o setor industrial. O Brasil não escapa disso. A

primeira tem a ver com as mudanças climáticas, uma demanda que vem principalmente dos países desenvolvidos, mas também da sociedade brasileira. Isso requer uma adaptação na maneira de se produzir, afetando menos o meio ambiente e gerando menos emissão de carbono. Essa agenda ambiental é muito forte no setor industrial. Outro fator importante que já vinha acontecendo, mas que foi acelerado com a crise, é a digitalização, mais conhecida como Indústria 4.0. A pandemia também acelerou a reorganização das cadeias de valores globais, que estavam muito concentradas em fornecedores da Ásia. A atual crise sanitária deixou muito clara a fragilidade de algumas redes e a dependência de apenas um fornecedor localizado em apenas uma região do país. Então, há uma demanda nos países desenvolvidos, principalmente, mas também de empresas, de diversificar os fornecedores. O Brasil tem a oportunidade de entrar nessas cadeias fornecendo mais para os Estados Unidos e a Europa e, obviamente, dentro da América Latina. Entretanto, é preciso fazer o dever de casa: diminuir o Custo Brasil e facilitar o comércio exterior, por exemplo.

Como investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação podem ajudar? Eles são essenciais. Inovação é o motor do crescimento e isso está provado desde a primeira revolução industrial. Se o Brasil quer crescer e ser competitivo, tem que intensificar a política de inovação. Política industrial e inovação são a mesma coisa, estão juntos. Hoje, os investimentos podem ser focados em problemas. Recentemente, o foco de grande parte das políticas de inovação dos países desenvolvidos e do Brasil foi para a geração de uma vacina. Quando usamos o que chamamos de “política por missão”, você envolve vários setores para resolver um problema na sociedade. O que não falta no Brasil são problemas sociais que a gente possa, com essa política de inovação, resolver. Ao mesmo tempo, a inovação gera novas ideias e tecnologias e ajuda no crescimento dos demais setores da economia. ■

Indústria e



ENCONTRO DA CNI DEBATE ECONOMIA DE BAIXO CARBONO

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) promoverá, em 16 e 17 de agosto, em São Paulo, o encontro *Estratégia da indústria para uma economia de baixo carbono*. O evento é uma agenda preparatória para a Conferência das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (COP-27) que será realizada no Egito, em novembro. Na capital paulista, especialistas debaterão as oportunidades de negócio para a descarbonização da indústria brasileira e também os desafios relacionados ao uso sustentável dos recursos florestais e da biodiversidade.

LEVANTAMENTO DA INDÚSTRIA APONTA GARGALOS DO TRANSPORTE RODOVIÁRIO

A CNI divulgou, em julho, um levantamento inédito com base em dados da Polícia Rodoviária Federal (PRF) que aponta gargalos e sugere melhorias no transporte rodoviário. Segundo o documento, cerca de metade dos acidentes registrados em 2021 ocorreu em 20 trechos específicos de rodovias federais do país. No ano passado, 15% do total de acidentes ocorreram em três trechos: BR-101, em Santa Catarina; BR-116, em São Paulo; e BR-381, em Minas Gerais. Outros 14% se concentraram em trechos da BR-101, no Rio de Janeiro e no Espírito Santo, e nas BRs 277 e 376, no Paraná.

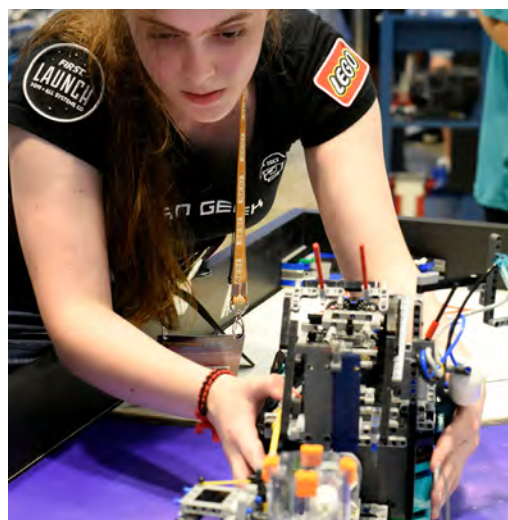


m Ação

1º OPEN DE ROBÓTICA DO BRASIL RECEBE MELHORES EQUIPES DO MUNDO



O Brasil vai sediar, pela primeira vez, um grande evento internacional de robótica. De 5 a 7 de agosto, o Píer Mauá, no Rio de Janeiro, será palco do *SESI FIRST LEGO LEAGUE International Open Brasil*, promovido pelo Serviço Social da Indústria (SESI). A disputa reunirá as melhores equipes da categoria FLL do planeta: 57 estrangeiras e 30 brasileiras. O evento no Rio será o último da temporada 2021-2022, encerrando as competições da temática *Cargo Connect*, que trata de transporte, armazenamento e logística.



PRÊMIO IEL DE ESTÁGIO 2022 ABRE INSCRIÇÕES

A premiação do Instituto Euvaldo Lodi (IEL) retoma a forma presencial com inscrições abertas até 22 de agosto. Com o objetivo de dar visibilidade a práticas inovadoras de estágio, estimulando o empreendedorismo e a qualificação de talentos, o prêmio é dividido em uma fase regional e outra nacional, em três categorias: “Projetos Inovadores”, “Educação Inovadora” e “Empresa Inovadora”. Os vencedores levam laptops, tablets, echo dots, cursos de formação, certificados e troféus.

UNISENAI.DIGITAL TERÁ CURSOS DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO



O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) deu um importante passo para garantir a qualificação de talentos preparados para atuar na Indústria 4.0. No próximo mês de agosto, começam as aulas de diferentes cursos de graduação – online com avaliações presenciais – e pós-graduação – totalmente online – do recém-lançado UniSENAI.Digital. Entre os cursos de bacharelado, graduação tecnológica e pós-graduação estão o de Ciência de Dados e Inteligência Artificial, Sistemas para Internet, Digital Twin e BIM. Saiba mais no QR Code.

Rota 2030 em nova fase

PROGRAMA CUMPRIU METAS,
REDUZIU CONSUMO DE COMBUSTÍVEL
E AGORA SE PREPARA PARA O 5G

O programa *Rota 2030* chega ao primeiro período de renovação com metas cumpridas e se prepara para um novo ciclo de inovações. Desde 2018, quando foi instituído, os investimentos no programa reduziram em 12%, na média geral, o consumo dos veículos fabricados no Brasil. Essa redução inclui não só o consumo de combustível, mas também a parte elétrica, tornando o veículo mais eficiente, com menos gastos e desgaste de equipamentos. Além disso, novos componentes de segurança veicular foram introduzidos.





Até aqui, já foram realizadas 260 consultorias de lean e mais de 500 avaliações de maturidade tecnológica, beneficiando 372 empresas que atuam direta ou indiretamente no setor automotivo

O programa é uma parceria entre o governo federal e o setor produtivo para incrementar a indústria automobilística nacional. Esse programa deve durar 15 anos, mas precisa ser renovado a cada cinco para adequar-se à legislação. Para que as melhorias se concretizem, prevê-se uma isenção de tributos e os recursos que seriam pagos ao governo são investidos em pesquisa e desenvolvimento (P&D), em parceria com universidades ou centros de pesquisa.

A Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) definiu cinco grupos de trabalho que dialogam com o governo para definir as próximas etapas do projeto. O setor automotivo defende o prosseguimento do modelo de

desonerações para financiar pesquisas em novas tecnologias.

O primeiro grupo busca definir as novas metas e incentivos para P&D. O segundo discute novos parâmetros de eficiência energética para veículos leves. Outro grupo trata dos novos objetivos de eficiência para veículos pesados. O quarto procura maneiras para melhorar a segurança veicular. Por fim, a quinta equipe dá seguimento às conversas sobre os investimentos destinados aos projetos e programas prioritários (PPPs) para aprimorar a indústria.

O sucesso do programa também é evidenciado por outros resultados dos primeiros anos. Foram realizadas 260 consultorias de lean, um processo de gestão industrial que proporciona avanços nas etapas de produção e elimina desperdícios e mais de 500 avaliações de maturidade tecnológica. Ao todo, 372 empresas que atuam direta ou indiretamente no setor automotivo foram impactadas pelo *Rota 2030* até o momento.

O FUTURO

O advento de tecnologias como o 5G e os carros híbridos, que misturam combustíveis fósseis, biocombustíveis e eletricidade, por exemplo, exige um planejamento complexo.

“Carros elétricos vão demandar mais energia. Estamos prontos para assimilar esse consumo? O 5G vai ajudar na ampliação dos carros autônomos. Temos pontos de conexão nas rodovias preparados para isso?”, questiona o diretor de Tecnologia e Inovação do SENAI, Jefferson Gomes.

Para ele, as próximas etapas do *Rota 2030* precisam envolver o que ele chamou de “externalidades” — que são os setores e as empresas com os quais a indústria automotiva tem interface e que interagem entre si, aumentando a competitividade.



► 5G e os carros elétricos afetarão o setor e é preciso se preparar, diz Jefferson Gomes (SENAI)

Um dos parceiros que pode ajudar a dar um salto tecnológico é a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAPII). Ela capta recursos junto aos ministérios e custeia parte das pesquisas que a indústria precisa fazer. “Tradicionalmente, oferecemos financiamentos de até 30% do projeto de pesquisa”, afirmou o coordenador de planejamento e relações institucionais da instituição, Luciano de Souza.

Contudo, os próximos passos demandam expansão das margens. A empresa reservou R\$ 40 milhões para o desenvolvimento de novas rotas tecnológicas em temas estratégicos para o setor, na modalidade de fomento Basic Funding Alliance (BFA). A ideia é promover a inovação aberta, com alianças entre empresas, startups e unidades EMBRAPII no desenvolvimento de “tecnologias de fronteira”. Nesses casos, por haver grandes riscos tecnológicos, os aportes financeiros podem ser significativamente maiores, chegando a 90%.

Para Luciano, uma das limitações do *Rota 2030* é a necessidade da revisão de planejamento a cada cinco anos. “Grande parte dos projetos dessa primeira fase foi incremental. Com mais tempo, teremos oportunidade de desenvolver projetos mais estruturantes, transversais, com maior impacto no setor como um todo”, sugeriu Luciano.

TRAMITAÇÃO

Para o início da próxima fase do *Rota 2030*, é necessária a edição de uma Medida Provisória (MP) pelo presidente da República e sua aprovação no Congresso Nacional para que a iniciativa se torne lei.

“Queremos fechar todas as questões pendentes para que a MP seja votada ao longo do segundo semestre e o programa esteja em vigor no início de 2023”, afirmou o diretor técnico da Anfavea, Henry Joseph Júnior.



◀ Luciano de Souza (EMBRAPII) defende isenção fiscal para manutenção do investimento em inovação

Henry lembra que o programa envolve não apenas montadoras, mas também fabricantes de peças, universidades e institutos de pesquisa. Essa colaboração permite avanços na indústria em um cenário no qual os consumidores exigem, cada vez mais, veículos sustentáveis e eficientes.

Para Jefferson Gomes, o *Rota 2030* tem uma boa concepção de renúncia fiscal, cujo percentual varia de 2% a 18% sobre o produto importado, para investir em ciência e tecnologia.

“Com isso, conseguimos um montante de R\$ 1 bilhão em pesquisas tecnológicas”, diz Jefferson. “Estamos falando de uma cadeia extensa de desenvolvimento regional, que envolve pessoas, serviços e impacta diversas outras indústrias”, complementa. ■

Liberdade com proteção

AOS CINCO ANOS, REFORMA TRABALHISTA OFERECE MAIS SEGURANÇA JURÍDICA E VALORIZAÇÃO DO DIÁLOGO

A reforma trabalhista completou cinco anos em julho, consolidada como um marco na modernização das relações trabalhistas. A Lei 13.467/2017 atualizou, para a realidade do século 21, uma legislação da década de 1940 que não se enquadrava mais nas novas formas de trabalho e de produção.

Especialistas defendem que a regulamentação do teletrabalho, do trabalho intermitente e da terceirização, além da valorização da negociação coletiva — em que empresas e trabalhadores ajustam rotinas de acordo com seus interesses, necessidades e especificidades, mantendo direitos trabalhistas constitucionais — estão entre os principais avanços trazidos pelas novas regras, que geram benefícios diretos e indiretos à economia.

Um dos especialistas que defendem a reforma de modo enfático é o professor de economia e consultor em relações do trabalho, José Pastore. “Poucos países têm essa engenhosidade de garantir proteção e, ao mesmo tempo, dar liberdade. Se alguma proposta for no caminho da desproteção, basta uma das partes dizer que não quer negociar”, explica.

Pastore pontua que a reforma trabalhista de 2017 estabeleceu, de forma clara, quais são os direitos que podem ser negociados e os que não podem. “Por exemplo, não podem ser negociadas questões como a saúde e a segurança do trabalho, o abono de férias,

o 13º salário e a licença-maternidade. Entre os pontos que podem, caso ambas as partes tenham interesse, estão a distribuição da jornada e a modalidade de trabalho, se presencial ou teletrabalho”, descreve.

CUSTO BRASIL

Apontada como um dos elementos centrais para a formação do Custo Brasil, a insegurança jurídica na área trabalhista se reduziu de modo perceptível. Como explica a gerente-executiva de Relações do Trabalho da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Sylvia Lorena, a reforma garantiu que empregados e empregadores não serão surpreendidos com a anulação de acordos negociados entre os dois lados.

“Com uma lei mais clara, simples e compatível com o momento atual, há uma melhoria do ambiente de negócios. Essa alteração foi fundamental para que pudéssemos colocar o país no trilho da competitividade, mas precisamos avançar ainda mais para que o Brasil se torne competitivo em relação às outras nações”.

Para a gerente da CNI, outros dois pontos que contribuem para um cenário de maior segurança jurídica são as possibilidades de rescisão do contrato de trabalho por acordo e a homologação, pela Justiça do Trabalho, de acordo extrajudicial entre empregados e empregadores.



Reforma modernizou
relacionamento entre
empresas e colaboradores
aumentando
segurança jurídica

“Todos ganham com mais celeridade na resolução do conflito, diminuição do gasto público e valorização do diálogo entre empresa e trabalhador. Trata-se de um recurso que já tem sido bastante utilizado pelas empresas. Entre novembro de 2017 e dezembro de 2021, foram apresentados cerca de 250 mil pedidos de acordo extrajudicial”, afirma Sylvia Lorena.

PANDEMIA

A forma como o Brasil teria passado por 2020 sem a reforma trabalhista é um questionamento que frequentemente perpassa as discussões sobre os benefícios trazidos pela nova legislação. Ao mesmo tempo, joga luz sobre a importância de ter um regramento jurídico conectado com as transformações sociais.

Ao participar de uma transmissão ao vivo promovida pela plataforma *Bússola* sobre os cinco anos da reforma trabalhista, o

professor da Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV) em São Paulo, André Portela, chamou a atenção para o fato de a nova legislação ter viabilizado os arranjos necessários para que muitos negócios continuassem operando e para que postos de trabalho não fossem extintos.

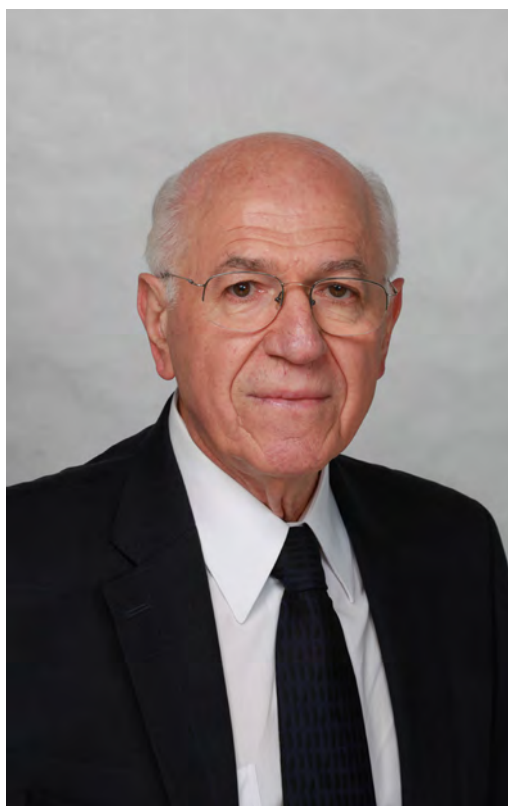
“Por via torta, a pandemia mostrou dois pontos positivos da reforma: já tínhamos legislação para o teletrabalho e a possibilidade de reduzir as horas de trabalho com redução de salário e acesso ao seguro-desemprego. Foram medidas muito importantes para os trabalhadores, mas também para as empresas que puderam manter seus funcionários já treinados e qualificados”, analisa.

Entre as críticas feitas à reforma, duas se destacam: a de que a nova legislação não resultou em mais empregos e a fragilização das relações trabalhistas e dos direitos dos colaboradores. Para o professor José Pastore, ambas as afirmações não possuem fundamento.

“Nenhuma lei tem capacidade de gerar emprego por si só. Postos de trabalho, para serem gerados, precisam de investimento e de crescimento econômico. Se fosse possível reduzir o desemprego por lei, não haveria uma única pessoa sem ocupação no mundo. Apesar disso, houve, sim, geração de emprego com a criação desse ambiente jurídico mais seguro. Mesmo em meio a uma pandemia, em 2021 foram gerados 2,7 milhões de postos de trabalho. Em 2022, em apenas cinco meses, foram gerados mais de um milhão de empregos formais”, diz.

Em resposta à crítica da precarização, o professor afirma que a reforma não acabou com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e que todos os direitos constitucionais foram preservados.

“Não foi criado nada que possa ter gerado uma situação de precarização. O que existe é um problema ligado à informalidade, que é uma adversidade crônica, que vem de muitas décadas e foi acelerada nos últimos dois anos em decorrência da forte contração da economia devido à pandemia”, avalia Pastore.



► Economista José Pastore afirma que mudanças criaram ambiente para geração de empregos mantendo direitos

DESAFIOS

É consenso entre os defensores da reforma trabalhista de 2017 que ela não foi a revisão ideal das regras, mas a possível de ser realizada naquele momento. Apesar de todos os avanços, a revolução tecnológica vivida pela sociedade nessas primeiras décadas do século demanda uma constante revisão da legislação trabalhista.

Como explica Sylvia Lorena, “a tecnologia muda todo dia e diariamente temos novas formas de trabalhar e produzir. Por isso, precisamos avançar para ter regras mais claras que acompanhem as mudanças”.

A especialista também defende a harmonização das regras previdenciárias, de segurança e de saúde com as trabalhistas, além da previsão na lei da possibilidade de trabalho misto, combinando dias de expediente na empresa e outros em casa. “É importante deixar isso bem claro para que não se tenha a interpretação de que tem que ser um ou o outro modelo”, de acordo com a gerente-executiva da CNI. ■



◀ Sylvia Lorena, gerente-executiva da CNI, diz que legislação precisa ter revisão constante para se adaptar às novas formas de trabalho



5 perguntas



Alexandre Luiz Ramos

ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST)

▲
“A reforma trabalhista de 2017 tem como matriz a valorização da manifestação de vontade das partes, a maior responsabilidade no acesso à Justiça e a busca por um modelo sindical amparado na liberdade e na representatividade.”

1 QUAIS OS PRINCIPAIS DESDOBRAMENTOS DA REFORMA TRABALHISTA FEITA EM 2017?

Avaliar os desdobramentos de uma legislação não é tarefa fácil, pois envolve variáveis de ordem social, econômica, mundial e cultural. Para analisar, por exemplo, se a reforma de 2017 ajudou na empregabilidade, não se pode considerar tão somente a taxa nominal de emprego, pois, se de um lado, o índice pode não ter subido o esperado, por outro, as mudanças podem ter ajudado a não tornar ainda pior o cenário de desemprego. O certo, na minha compreensão, é que a legislação trabalhista acompanhe as transformações, incorporando situações já existentes, para promover a adequada proteção social. Entretanto, pode-se constatar que a reforma de 2017 tem como matriz a valorização da manifestação de vontade das partes, a maior responsabilidade no acesso à Justiça e a busca por um modelo sindical realmente amparado na liberdade e na representatividade.

2 AS MUDANÇAS TRAZIDAS PELA REFORMA PRECARIZARAM AS RELAÇÕES TRABALHISTAS?

Na essência, a legislação trabalhista consolidada em 1943 na CLT não foi alterada, pois os conceitos de empregador e empregado continuam os mesmos e os direitos de registro da Carteira de Trabalho e Previdência Social – como férias, gratificação de Natal, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, horas extras e adicionais – não foram alterados. Ao valorizar a autonomia de vontade de empregados e empregadores, a reforma

para...

trabalhista de 2017 segue uma tendência legislativa refletida em várias áreas do direito: a valorização da autonomia na conciliação dos conflitos. Além disso, a reforma de 2017 incluiu, no sistema de proteção social, os trabalhadores intermitentes, que já existiam na prática, mas sem um contrato específico de disciplinamento. Enfim, analisando de forma crítica as novidades trazidas com a reforma trabalhista de 2017, não percebo que tenham precarizado formalmente as relações de trabalho, reconhecendo que o padrão de garantias legais instituídas depende de vários outros fatores.

3 HÁ QUEM DEFENDA A REVOGAÇÃO DA REFORMA. O SENHOR ACREDITA NESSA POSSIBILIDADE?

Ao Poder Legislativo compete a elaboração de leis, a partir das demandas da sociedade e com a observância do devido processo legislativo. É legítimo que todos os atores da sociedade se manifestem a favor ou contra as propostas legislativas para alteração das leis, inclusive quanto aos efeitos desejados e efetivamente observados. Passamos por tempos nos quais as transformações sociais ocorrem de forma muito acelerada e profunda, clamando por leis adequadas que possam realizar efetivamente a proteção social dos atores produtivos: trabalhadores, empreendedores e investidores. Por isso, não se pode imaginar uma legislação trabalhista inalterável. Outras reformas ocorrerão nesse processo, cujo conteúdo será fruto das demandas sociais levadas ao parlamento e dos respectivos debates e correlações de forças naturais do processo legislativo democrático.

4 A JUSTIÇA ESTÁ PREPARADA PARA LIDAR COM PROFISSÕES E MODOS DE PRODUÇÃO QUE AINDA NÃO EXISTEM, MAS QUE SERÃO REALIDADE EM POUCOS ANOS?

Esse é um problema atual e real enfrentado pela Justiça do Trabalho. O juiz do trabalho recebe demandas decorrentes do trabalho por plataformas digitais e não tem uma legislação própria e adequada, valendo-se do ferramental normativo contido, preponderantemente, na CLT de 1943. Novas leis para regular novas situações materiais demoram a ser elaboradas, mas as demandas são imediatas. E as transformações no modo de produção de bens e serviços não param, pois várias outras situações já aparecem no horizonte, como o trabalho no metaverso. Contudo, nenhum juiz pode esquivar-se de dar um julgamento sobre uma causa que lhe é submetida, havendo ou não lei específica. Deve utilizar, para tanto, jurisprudência, analogia, equidade, princípios gerais de direito, usos e costumes, direito comparado etc., sempre atendendo às exigências do bem comum e considerando as consequências práticas da decisão.

5 A JUSTIÇA DO TRABALHO SERÁ EXTINTA?

Penso que, enquanto houver trabalho humano, haverá necessidade de normas para garantir trabalho digno e justa retribuição ao empresário, com segurança jurídica, previsibilidade e estabilidade no ambiente produtivo. Se haverá ou não uma estrutura estatal própria para julgar os conflitos decorrentes das relações de trabalho, como ocorre hoje, é uma decisão legítima da sociedade. Particularmente, não acredito na extinção da Justiça do Trabalho, apesar de reconhecer que mudanças devem ocorrer na sua estrutura e na forma de lidar com as situações. Independentemente dessa adequação, as ações trabalhistas deverão ser julgadas pelo Estado, seja qual for o segmento de Justiça ao qual a Constituição destinar a competência. ■

Confiança da indústria estável

ESTUDO DA CNI MOSTRA QUE EMPRESÁRIOS SE MANTÊM OTIMISTAS COM CRESCIMENTO DA ECONOMIA

A confiança do empresário industrial brasileiro teve uma sequência de quedas entre o segundo semestre de 2021 e o início de 2022, mas alcançou, em junho, o maior patamar do ano, que se manteve em julho: 57,8 pontos. Os números estão na última edição do *Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI)*, divulgado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) em meados de cada mês.

O levantamento foi feito na primeira semana de julho com 1.571 pequenas, médias e grandes empresas. O ICEI indica confiança no setor quando o índice permanece acima dos 50 pontos.

No questionário aplicado pela CNI, os industriais responderam se as condições gerais da economia brasileira, do estado e da sua empresa melhoraram ou pioraram em comparação com os últimos seis meses e qual a expectativa para o próximo semestre.

O ICEI é utilizado para identificar mudanças na tendência da produção industrial, auxiliando na previsão do produto industrial e, conseqüentemente, do PIB brasileiro. O documento ressalta que “empresários confiantes tendem a aumentar o investimento e a produção para atender ao esperado crescimento na demanda”.

É o caso de José Tadeu Ribeiro, dono de uma fábrica de móveis escolares em Brasília.

Ele está mais otimista do que no início deste ano. “Em 2021, ainda havia um rescaldo da pandemia, tudo era incerto. Sobreviver a isso já foi uma grande vitória e aprimoramos nossa capacidade de adaptação”, explica.

Com as finanças voltando à estabilidade, Ribeiro destaca que a demanda já tem melhorado e se prepara para o aumento da produção nos próximos meses. “Nossas vendas são sazonais porque dependemos do calendário escolar. Já estamos trabalhando com fôlego para ver, entre outubro e novembro, como o mercado vai se comportar”, comenta.

“As expectativas de melhora da economia estão bem disseminadas entre os industriais”, avalia o gerente de Análise Econômica da CNI, Marcelo Azevedo.

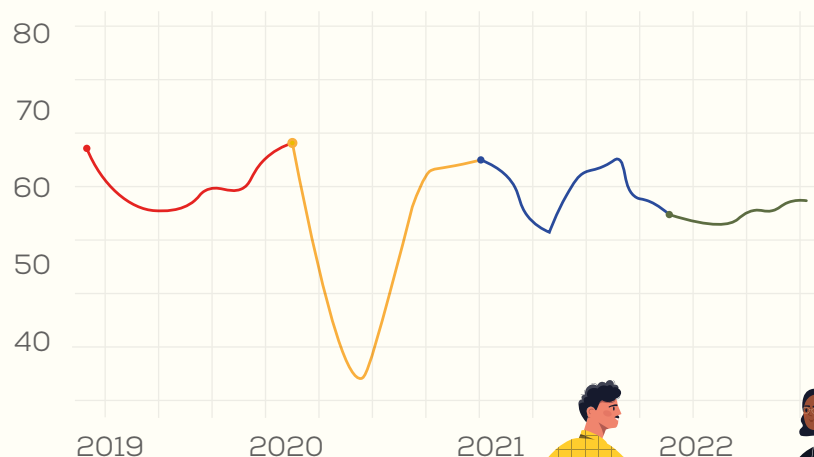
O *Índice de Condições Atuais* recuou levemente, com uma queda de 0,4 ponto para 51,1 pontos. Apesar da queda, por permanecer acima da linha dos 50 pontos, demonstra melhora das condições atuais na comparação com os últimos seis meses, na avaliação da indústria.

Já o *Índice de Expectativas* ficou praticamente estável, com uma variação de 0,1 ponto para 61,1 pontos, apontando continuidade do otimismo elevado dos empresários para os próximos seis meses. ■



◀
Volta às aulas presenciais
gera expectativas
positivas no setor
de fabricação de
móveis escolares

▲ A recuperação do ICEI depois da pior fase da pandemia



FONTE Índice de Confiança do Empresário Industrial – CNI / Julho de 2022



Termômetro

1 ► EMPREGO INDUSTRIAL CRESCE EM JUNHO



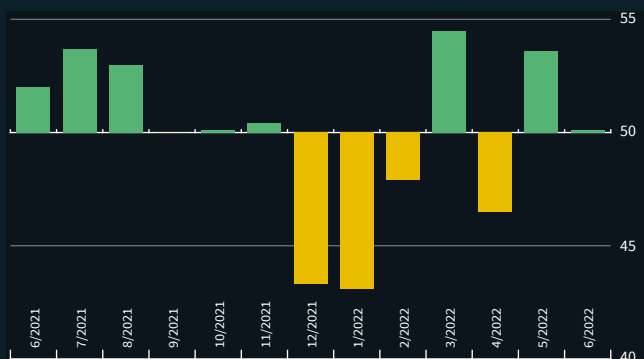
*Valores acima de 50 indicam aumento no emprego frente ao mês anterior. Quanto mais distante dos 50 pontos, maior e mais disseminada é a variação
 fonte: CNI/ Sondagem Industrial-junho de 2022

3 ► INTENÇÃO DE INVESTIMENTO MANTÉM-SE RELATIVAMENTE ELEVADA



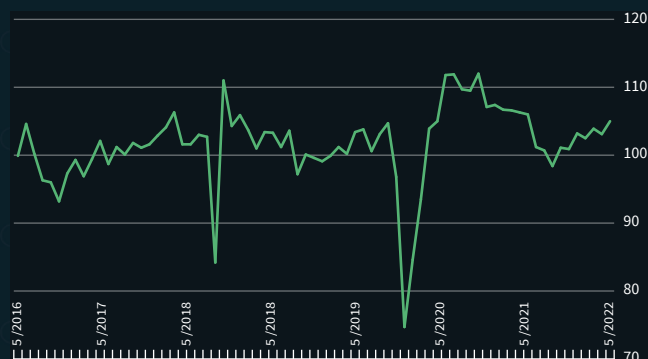
Indicadores variam no intervalo de 0 a 100. Valores acima de 50 indicam aumento, estoque acima do planejado ou utilização da capacidade instalada acima do usual
 fonte: CNI/ Sondagem Industrial-junho de 2022

2 ► PRODUÇÃO INDUSTRIAL FICA ESTÁVEL



Indicadores variam no intervalo de 0 a 100. Valores acima de 50 indicam aumento, estoque acima do planejado ou utilização da capacidade instalada acima do usual
 fonte: CNI/ Sondagem Industrial-junho de 2022

4 ► FATURAMENTO REAL CRESCE EM MAIO



Dessazonalizado (Índice de base fixa: média 2006 = 100)
 fonte: CNI/ Indicadores Industriais-Maio de 2022



◀ 1



◀ 2



◀ 3



◀ 4

o econômico

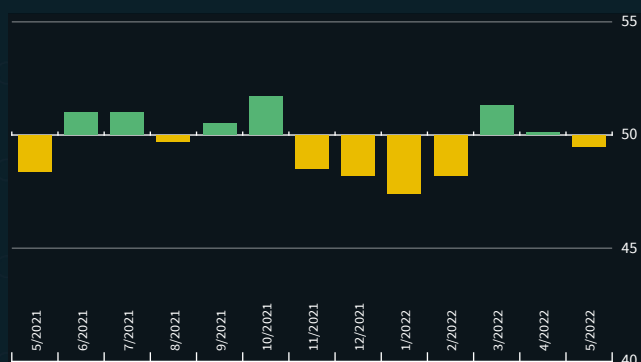
5 ► HORAS TRABALHADAS TAMBÉM AVANÇAM



Dessazonalizado (Índice de base fixa: média 2006 = 100)

fonte: CNI/ Indicadores Industriais–Maio de 2022

7 ► ATIVIDADE DA CONSTRUÇÃO CAI EM MAIO



Valores acima de 50 indicam aumento da atividade ou do emprego frente ao mês anterior

fonte: CNI/ Sondagem Indústria da Construção–Maio de 2022

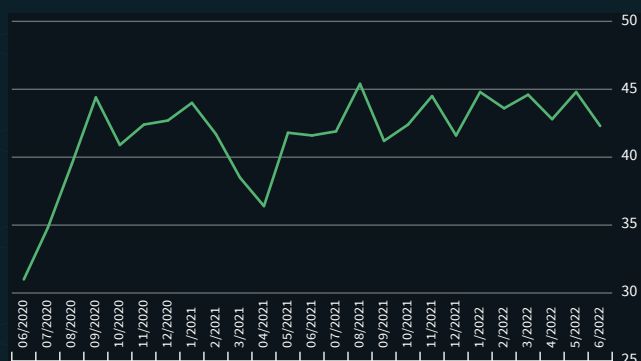
6 ► MASSA SALARIAL CRESCE 1,3% EM MAIO



Dessazonalizado (Índice de base fixa: média 2006 = 100)

fonte: CNI/ Indicadores Industriais–Maio de 2022

8 ► INTENÇÃO DE INVESTIR CAI EM JUNHO



Índice de 0 a 100 pontos. Quanto maior o índice, maior a propensão de investir da indústria

fonte: CNI/ Sondagem Indústria da Construção–Maio de 2022

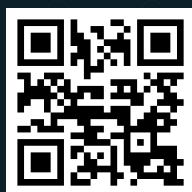
5 ►



6 ►



7 ►



8 ►



Giro Brasil

► Sesi Alagoas promove 1ª Arena Robótica em Maceió

Nos dias 9 e 10 de julho, o Serviço Social da Indústria de Alagoas (Sesi/AL) realizou, no Maceió Shopping, a 1ª Arena Robótica, para divulgar o ensino e as competições de robótica promovidas pela instituição. No espaço, os estudantes fizeram demonstrações de games, como sumô e futebol de robô, além de exibições da modalidade First Tech Challenge (FTC), no qual o desafio é construir e programar robôs para realizar tarefas. O evento contou ainda com debates, como o Meninas na Robótica.



► FIEC e Sesi Ceará lançam Edital de Inovação Sesi Tech

A Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC) lançou, em 6 de julho, o edital de inovação Sesi Tech. O programa tem um aporte total de R\$10 milhões e será dividido em quatro chamadas trimestrais em duas categorias, por meio de recursos não reembolsáveis. O objetivo é apoiar o desenvolvimento de produtos e/ou processos inovadores que promovam o desenvolvimento de novas tecnologias e soluções com foco em Saúde e Segurança do Trabalhador aplicados às demandas industriais.

■ NOVAS PARCERIAS FIRMADAS PELO SENAI CIMATEC

A Procuradoria Geral do Estado da Bahia (PGE-BA) e o SENAI Cimatec assinaram um contrato, com modelo inédito na administração pública, para o desenvolvimento e apoio na implantação de um sistema de Inteligência Artificial (IA). O software será utilizado por procuradores para acelerar o andamento de ações judiciais de demandas recorrentes nos juizados especiais da PGE-BA. Em 5 de julho, a empresa Acelen assinou um acordo para investir R\$ 8,6 milhões em projetos de formação profissional e pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica com o SENAI baiano e com o SENAI Cimatec.



▲ DESAFIO DA FIEMS PREMIA 10 EQUIPES COM R\$ 1 MILHÃO

Dez equipes levaram prêmios que totalizaram R\$ 1 milhão no *Startup Challenge by Fundect*, realizado pela Federação das Indústrias do Estado do Mato Grosso do Sul (FIEMS) em parceria com a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (Fundect). A grande vencedora foi a startup Cerrado em Pé, com o projeto sobre a cadeia produtiva da fruta guavira, que produz polpa com qualidade e beneficia os produtores rurais. A premiação foi realizada em 4 de julho, em Campo Grande.



SENAI PIAUÍ, SENAI CIMATEC E HUAWEI PROMOVEM CURSO DE TECNOLOGIA 5G

O SENAI Cimatec da Bahia, em parceria com a Huawei e o SENAI do Piauí, promoveram, entre 12 e 14 de julho, um minicurso gratuito sobre tecnologia 5G em Teresina. A ação faz parte do projeto 5G Truck – um caminhão equipado com estrutura de sala de aula e recursos tecnológicos para a apresentação das aplicações práticas do 5G. As aulas são ministradas por docentes do SENAI Cimatec para turmas de até 12 alunos. Além dos estudantes, a carreta também fica disponível para visitação do público que queira conhecer mais sobre a tecnologia.

▼
Escola flutuante do SENAI
foi premiada por ofertar
educação profissional
de forma sustentável





Samaúma II volta a navegar

BARCO-ESCOLA DO SENAI RETOMA ATIVIDADES
NO AMAZONAS APÓS PANDEMIA E REFORMAS

Após cerca de dois anos parado por causa da pandemia – período em que também passou por pequenas reformas na estrutura – o barco-escola Samaúma II iniciou uma nova jornada no fim de junho. No dia 29, a unidade fluvial do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) saiu do porto da Marinha do Brasil, no Centro de Manaus, em direção ao município de Autazes, a 112 quilômetros da capital amazonense.

Apesar de a embarcação ser capaz de navegar a 40 km/h, a viagem durou pouco mais de 12 horas, pois a maré e as manobras em certos trechos do trajeto influenciam no tempo da viagem.

Cada movimento do barco deve ser bem planejado e, na hora de atracar no porto, é fundamental que se conheça bem a região para evitar encalhes e posicionar o Samaúma II de forma a facilitar a conexão dos cabos de energia vindos da cidade aos equipamentos embarcados que serão utilizados nas aulas de qualificação profissional.

As aulas lecionadas na estrutura do barco-escola são complementadas com atividades em terra firme, normalmente realizadas em escolas ou espaços cedidos pelas prefeituras das cidades onde atraca.

A equipe que atuará e viverá no Samaúma II pelos dois meses em que ele ficará em Autazes é formada por seis professores, seis marinheiros, um profissional de apoio técnico e o comandante. Nesse período, mais de 500 pessoas serão atendidas e, ao final dos cursos, todas receberão certificados.

“Temos demanda para levar os dois Samaúmas para diferentes municípios do Amazonas e de outros estados da Região Norte. Nós recebemos um ofício da prefeitura e decidimos, juntos, a partir da necessidade de cada município, quais cursos serão ofertados para melhor atender à população de cada região”, explica o diretor técnico do SENAI Amazonas, Rafael Lobo. O Samaúma I, embarcação mais antiga, passa atualmente por reformas em um estaleiro.

Aos moradores de Autazes estão disponíveis 21 cursos nas áreas de administração, informática, mecânica, elétrica, eletroeletrônica, vestuário e alimentos. A carga horária varia de 20 a 160 horas/aula.

Jhonata Lima garantiu uma vaga no curso na área de informática. “É bom enriquecer o currículo e ficar cada vez mais capacitado para competir melhor no mercado de trabalho”, explicou em entrevista à TV Brasil no início das aulas.

TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

O SENAI conta, em todo o Brasil, com 523 unidades operacionais e 465 unidades móveis, onde estão incluídos o Samaúma I e o II. As unidades móveis surgiram de uma demanda crescente por qualificação profissional em pequenos municípios, mas não justificava a construção de escolas fixas em determinadas regiões como na Amazônia.

A primeira unidade móvel do SENAI foi construída em 1971 em um vagão de trem adaptado. A escola ministrava cursos de mecânica a diesel e de eletricitista instalador pelo interior de São Paulo. Em seguida, vieram caminhões e carretas que transportavam equipamentos e salas de aula para as cidades mais longínquas do Brasil.

Como no norte do país há mais rios do que estradas, a equipe do SENAI manauara viu que era necessário criar uma escola flutuante capaz de levar conhecimento e oportunidades às comunidades ribeirinhas mais distantes dos grandes centros urbanos.

O primeiro barco-escola do SENAI, o Samaúma I, foi inaugurado em 1979 e, em pouco tempo, se tornou uma das maiores ações sociais da instituição. As atividades no Samaúma II começaram em 2014. Juntas, as duas unidades móveis já qualificaram mais de 60 mil profissionais em 65 municípios no Amazonas, no Acre, no Amapá, em Rondônia, em Roraima e no Pará nos últimos 43 anos.

Uma das pessoas que tiveram a vida profissional transformada pelas aulas nos barcos é dona Inácia de Queiroz, moradora de Itapiranga, cidade que fica a 340 km de Manaus. Ex-estudante de cursos na área de alimentos, ela contou à revista *Indústria Brasileira*, em 2018, que havia aberto um negócio de doces, salgados e marmitas que lhe rendia até três vezes mais do que o salário mínimo recebido como funcionária pública da prefeitura.



► Inácia empreendeu após curso na área de alimentos e hoje ganha até três vezes mais

Saiba mais sobre o projeto Samaúma

Os cursos do Samaúma são definidos pelo SENAI em parceria com as prefeituras locais para atender a demandas específicas de formação nos municípios

Em Autazes-AM, são oferecidos 21 cursos nas áreas de administração, informática, mecânica, elétrica, eletroeletrônica, vestuário e alimentos

Em 43 anos de atuação, o projeto já qualificou 60 mil pessoas em 65 municípios de seis estados (AM, AC, AP, RO, RR e PA)

Veja a reportagem especial da Agência de Notícias da Indústria sobre a atuação dos barcos-escola do SENAI neste QR Code



Fonte: SENAI

Hoje, quase quatro anos após a primeira entrevista, Inácia comemora o crescimento do mercado alimentício na região. “A demanda aumentou bastante na pandemia. Estamos ganhando mais clientes e seguimos crescendo”, disse ela, satisfeita, no início de julho.

RECONHECIMENTO

Maior e mais moderno que o primeiro barco-escola, o Samaúma II carrega conceitos de sustentabilidade. A operação da embarcação aproveita e trata águas pluviais e recicla resíduos sólidos gerados nas atividades de ensino. Além disso, painéis

fotovoltaicos fornecem 20% da energia consumida a bordo, que também é utilizada para aquecimento da água.

A escola flutuante do SENAI tem sido reconhecida por oferecer cursos de educação profissional gratuitos que geram trabalho e renda e estimulam o empreendedorismo utilizando técnicas que minimizam a degradação do meio ambiente. Em 2019, o projeto recebeu o *Prêmio Ser Humano Oswaldo Checchia*, concedido pela Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH-AM). O Samaúma levou o ouro na categoria Gestão de Pessoas – Sustentabilidade, tanto na etapa regional como na nacional. ■



Construção civil: cenário atual e perspectivas

IEDA MARIA PEREIRA VASCONCELOS

▲
Economista-chefe da
Câmara Brasileira da
Indústria da Construção
(CBIC), doutora em
gestão e mestre em
Administração.

A construção civil iniciou, no segundo semestre de 2020, um ciclo positivo de novos negócios. Considerada setor essencial, não paralisou suas atividades nos momentos mais difíceis da pandemia. Diante de uma situação de isolamento social e divisão de espaço entre trabalho e estudos, as famílias ressignificaram o valor da casa própria. As taxas de juros do crédito imobiliário, já habitualmente menores do que outros tipos de financiamento, ficaram ainda mais atraativas em função da redução da taxa básica da economia. Aliado a isso, se adaptou rapidamente ao atendimento online. Em 2021, o movimento se consolidou e os lançamentos e vendas de apartamentos novos se destacaram. Esse foi um dos fatores que levou o seu Produto Interno Bruto (PIB) a registrar a maior elevação desde 2010: 9,7% em relação ao ano anterior. Como o ciclo de produção setorial é longo, o ano de 2022 se iniciou com as atividades aquecidas.

No primeiro trimestre, o setor cresceu 0,8% – sétima elevação consecutiva – e a sinalização é de que, pelo segundo ano seguido, registrará números positivos. O último biênio de alta setorial foi em 2012-2013. De toda forma, o resultado dos três primeiros meses do ano indicou um dinamismo menor do que o que estava sendo observado.

A construção poderia ter registrado um incremento ainda mais forte em suas atividades e poderia estar com o ritmo mais acelerado, mas enfrenta, desde julho de 2020, elevação expressiva nos seus custos. Conforme o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), calculado e divulgado pela

Fundação Getúlio Vargas (FGV), de julho de 2020 até junho de 2022, o custo com material e equipamentos cresceu 52,70%. A inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi de 21,23%.

O forte incremento no custo dos insumos tem impedido a continuidade do ciclo de alta. Aconteceu um descasamento entre a renda das famílias e o custo de produção do imóvel, e isso está refletindo nos números de novos negócios. O crescimento de 2022 acontecerá em função do ritmo de produção iniciado nos últimos dois anos. Nesse contexto, é importante considerar que recentes medidas relacionadas ao programa Casa Verde e Amarela – como a ampliação do prazo máximo de financiamentos de 30 para 35 anos – reacenderam os ânimos dos construtores e podem mudar o rumo das atividades nos próximos meses. No segmento de infraestrutura, as dificuldades em relação ao reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos, em função das fortes elevações de custos, acabam prejudicando o andamento das obras.

As expectativas da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) apontam para um crescimento de 2,5% para o PIB do setor em 2022, resultado que poderá ser revisto diante das últimas medidas anunciadas, mas que ainda é insuficiente para o setor recompor as perdas registradas desde 2014 e que ainda é distante do necessário para o Brasil construir seu crescimento sustentado. ■

Revista Indústria Brasileira

Publicação Mensal da Confederação
Nacional da Indústria - CNI
www.cni.org.br

Confederação Nacional da Indústria – CNI

► DIRETORIA

PRESIDENTE

Robson Braga de Andrade

VICE-PRESIDENTES EXECUTIVOS

Paulo Antonio Skaf; Antonio Carlos da Silva;
Francisco de Assis Benevides Gadelha;
Paulo Afonso Ferreira; Glauco José Côrte.

VICE-PRESIDENTES

Sergio Marcolino Longen; Eduardo Eugenio
Gouvêa Vieira; Antonio Ricardo Alvarez Alban;
Gilberto Porcello Petry; Olavo Machado
Júnior; Jandir José Milan; Eduardo Prado
de Oliveira; José Conrado Azevedo Santos;
Jorge Alberto Vieira Studart Gomes; Edson
Luiz Campagnolo; Leonardo Souza Rogerio
de Castro; Edilson Baldez das Neves.

1º DIRETOR FINANCEIRO

Jorge Wicks Côrte Real

2º DIRETOR FINANCEIRO

José Carlos Lyra de Andrade

3º DIRETOR FINANCEIRO

Alexandre Herculano Coelho de Souza Furlan

1º DIRETOR SECRETÁRIO

Amaro Sales de Araújo

2º DIRETOR SECRETÁRIO

Antonio José de Moraes Souza Filho

3º DIRETOR SECRETÁRIO

Marcelo Thomé da Silva de Almeida

DIRETORES

Roberto Magno Martins Pires; Ricardo
Essinger; Marcos Guerra; Carlos Mariani
Bittencourt; Pedro Alves de Oliveira;
Rivaldo Fernandes Neves; José Adriano
Ribeiro da Silva; Jamal Jorge Bittar; Roberto
Cavalcanti Ribeiro; Gustavo Pinto Coelho
de Oliveira; Julio Augusto Miranda Filho;
José Henrique Nunes Barreto; Nelson
Azevedo dos Santos; Flávio José Cavalcanti
de Azevedo; Fernando Cirino Gurgel.

► CONSELHO FISCAL

MEMBROS TITULARES

João Oliveira de Albuquerque; José da
Silva Nogueira Filho; Irineu Milanese.

MEMBROS SUPLENTEs

Clerlânio Fernandes de Holanda; Francisco
de Sales Alencar; Célio Batista Alves.

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

Ana Maria Curado

Superintendência de Jornalismo CNI/SESI/SENAI/IEL

SUPERINTENDENTE

José Edward Lima

GERENTE-EXECUTIVO DE JORNALISMO

Rodrigo Caetano

GERENTE-EXECUTIVA DE MÍDIAS SOCIAIS

Mariana Flores

Desenvolvimento e Produção

► FSB COMUNICAÇÃO

CONSULTOR EDITORIAL

Wladimir Gramacho

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Rachel Mello (DF 3877/95)

REPORTAGEM

Vivaldo de Sousa, Aerton Guimarães, Ana
Flávia Flôres e Paulo de Tarso Lyra.

ASSISTENTE DE EDIÇÃO

Victor Gomes

PROJETO EDITORIAL

Guto Rodrigues

REVISÃO DE TEXTO

Renata Portella

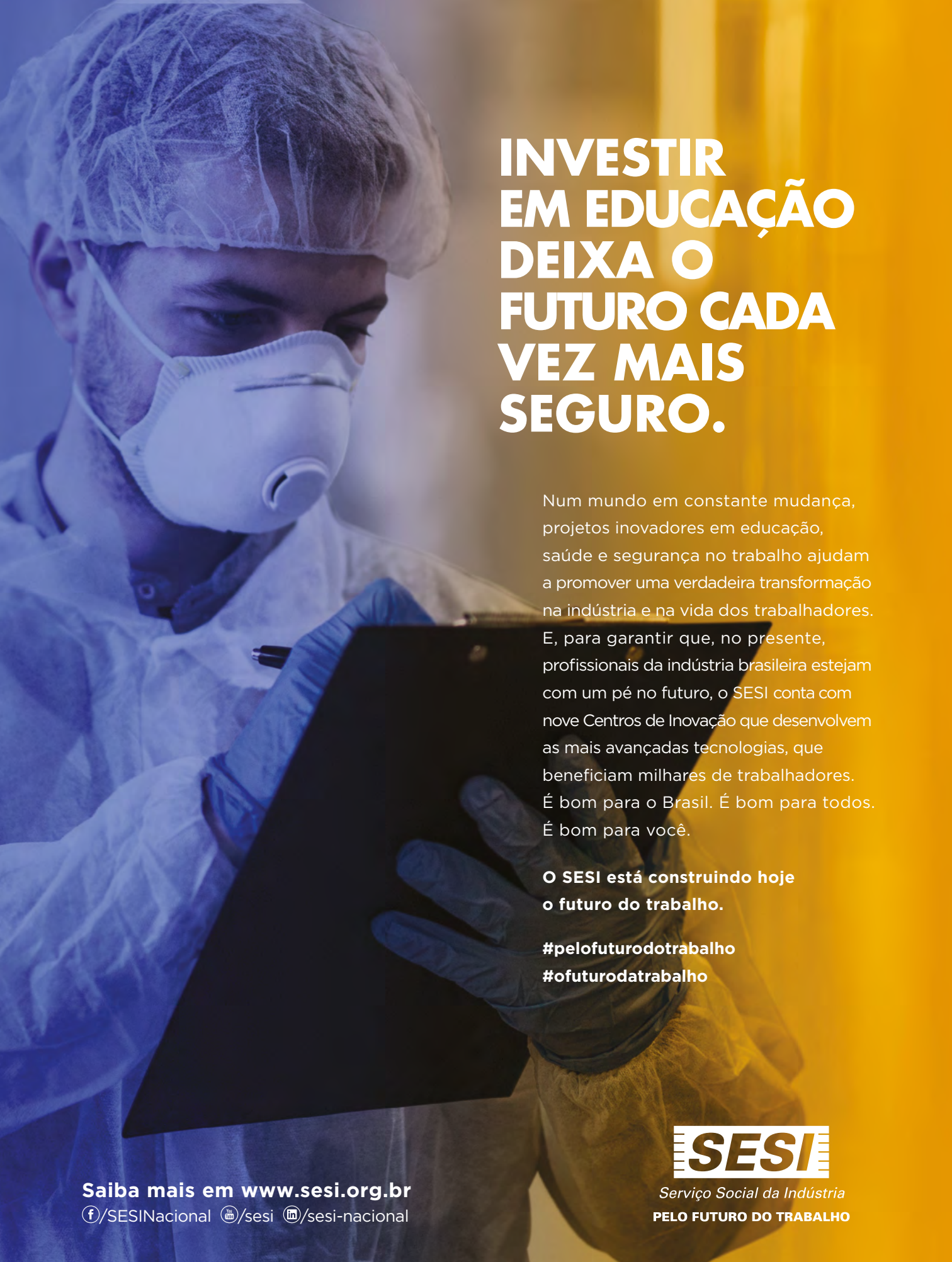
CAPA

João Pedro Rodrigues

Informações técnicas:

tel (61) 3317-9927
imprensa@cni.com.br

*Autorizada a reprodução
desde que citada a fonte.*



INVESTIR EM EDUCAÇÃO DEIXA O FUTURO CADA VEZ MAIS SEGURO.

Num mundo em constante mudança, projetos inovadores em educação, saúde e segurança no trabalho ajudam a promover uma verdadeira transformação na indústria e na vida dos trabalhadores. E, para garantir que, no presente, profissionais da indústria brasileira estejam com um pé no futuro, o Sesi conta com nove Centros de Inovação que desenvolvem as mais avançadas tecnologias, que beneficiam milhares de trabalhadores. É bom para o Brasil. É bom para todos. É bom para você.

**O Sesi está construindo hoje
o futuro do trabalho.**

#pelofuturodotrabalho

#ofuturodatrabalho

Saiba mais em www.sesi.org.br

f /SESINacional  /sesi  /sesi-nacional

SESI

Serviço Social da Indústria

PELO FUTURO DO TRABALHO